

Brasil pagará 30% dos juros do setor público a partir de abril

por Maria Clara R. M. do Prado de Brasília

O Brasil decidiu que pagará aos bancos credores internacionais 30% dos juros devidos pelo setor público que vencem no segundo trimestre do ano, entre abril e junho. A decisão já foi comunicada de maneira informal pelo negociador da dívida externa, embaixador Jório Dauster, ao comitê assessor da dívida externa e será formalmente anunciada ainda hoje por ato do Conselho Monetário Nacional (CMN). Até então, o País tinha decidido pagar 30% dos juros devidos pelo setor público vencidos apenas no primeiro trimestre do ano.

O novo gesto do governo brasileiro surge no momento em que se aproxima um entendimento final entre o comitê de bancos e o embaixador Jório Dauster com relação aos juros atrasados. Dois pontos principais estão pendentes de definição final: o percentual dos US\$ 8 bilhões devidos até dezembro a ser pago ainda esse ano e as condições do bônus dos atrasados, principalmente a taxa de juros.

REMESSAS

Com a decisão de desembolsar também no próximo trimestre 30% dos juros da dívida externa, o País estará remetendo ao exterior cerca de US\$ 210 milhões. Grosso modo, calcula-se em torno de US\$ 700 milhões o vencimento de juros devidos pelo setor privado entre abril e o final de junho envolvendo compromissos assumidos fora do Projeto 2, conhecido como "Multi-year Deposit Faci-

lity Agreement" ou MYDFA —, como os projetos do "Parallel Financing" e de "Co-Financing", conforme negociados em 1988. São juros que vencem ao longo do trimestre e, portanto, não estão sujeitos à concentração semestral dos pagamentos referentes ao MYDFA, com vencimentos em 15 de março e em 15 de setembro.

Com relação "à parcela correspondente aos 30% pagos entre janeiro e março, este jornal apurou junto ao Banco Central que, até ontem, haviam sido pagos US\$ 414 milhões (já incluídos aqui os US\$ 352,105 milhões desembolsados no dia 15 de março). O valor pago até ontem ainda é, no entanto, inferior aos US\$ 489 milhões que correspondem efetivamente à fatia de 30% do total de US\$ 1,630 bilhão de juros vencidos no primeiro trimestre deste ano.

A diferença entre aquilo que foi pago e o que deveria ter sido pago corresponde a pagamentos ainda não efetuados por parte dos mutuários do setor público, basicamente empresas estatais federais. O presidente da República deu na semana passada uma orientação explícita para que todas as empresas estatais colocassem em dia os pagamentos de juros referentes à parcela dos 30% que seria desembolsado no exterior, "mas não houve ainda resposta em montante significativo", segundo comentou uma fonte conceituada a este jornal.

ALTERNATIVAS

Duas são as alternativas para um mutuário do setor público contratar uma ope-



Jório Dauster

ração de câmbio junto a um banco, para o pagamento da dívida externa: pode fechar câmbio envolvendo só a parcela de 30% que é remetida para o exterior ou paga a totalidade dos juros devidos no período, sendo que neste caso terá de contratar duas operações de câmbio, uma equivalente aos 30% que serão pagos no exterior e outra correspondente aos 70% dos juros que ficarão retidos no BC.

Como o câmbio pode ser fechado com até dois dias úteis antes do vencimento, o BC apressava-se ontem em definir o texto da decisão do CMN sobre o pagamento dos 30% neste próximo trimestre.

O embaixador Jório Dauster nada disse aos bancos credores com relação aos juros que estarão vencendo no terceiro trimestre do ano — entre julho e setembro — e que, à semelhança do que ocorreu em março, envolvem uma gorda concentração de pagamentos, na faixa entre

US\$ 1,6 bilhão e US\$ 1,7 bilhão.

EXPECTATIVA

Continua a expectativa de que um acordo com os bancos credores possa ser alcançado a qualquer momento. Este jornal apurou ontem junto à fonte que acompanha de perto o processo de renegociação que dois bancos, um norte-americano e outro alemão, ainda colocavam dificuldades com relação a um entendimento final. Há pressa, no entanto, de ambos os lados: os bancos querem acertar de vez os atrasados e aliviar sua contabilidade, enquanto o governo brasileiro está decidido a "esgotar a questão dos atrasados até 31 de dezembro deste ano".

O Brasil avançou na direção de um pagamento em dinheiro — "cash" equivalente a 45% da fatia de 24 ou 25% (percentual em discussão com os bancos) dos US\$ 8 bilhões de juros atrasados até o ano passado. O desembolso seria efetuado de uma só vez, assim que desenhada no papel a "term-sheet" (minuta de contrato) do acordo dos atrasados, no valor de US\$ 860 milhões (caso o percentual do "cash" feche em 24%) ou de US\$ 900 milhões (caso chegue a 25% dos US\$ 8 bilhões).

Os restantes 55% seriam pagos em oito parcelas (ou menor número de parcelas) sucessivas a partir da assinatura do "term-sheet", representando o valor de US\$ 1,056 bilhão (no caso do percentual de 24%) ou de US\$ 1,100 bilhão (caso o pagamento em "cash" fique no nível de 25%).